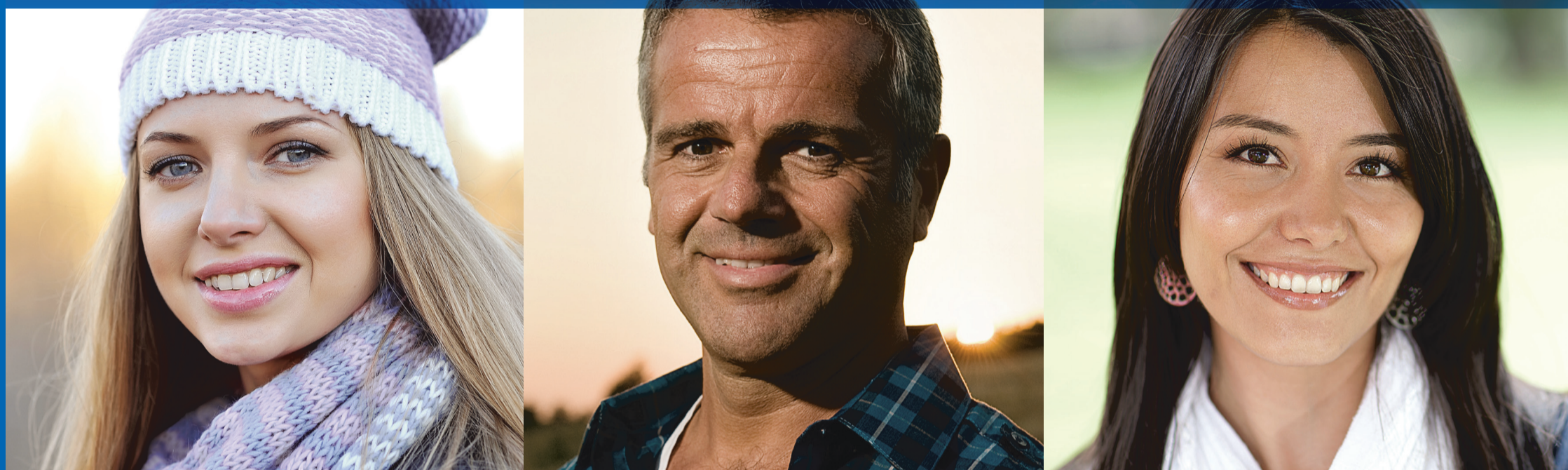




PAN Seguros. A seguradora dos Brasileiros.



Demonstrações Financeiras | 2014 Relatório de Administração

SENHORES ACIONISTAS,

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as informações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras.

Cenário atual

Em 21 de agosto de 2014, a **BTG Pactual Seguradora S.A.**, subsidiária integral do **Banco BTG Pactual S.A.**, instituição financeira de capital aberto, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0001-45 ("**Banco BTG Pactual**"), na qualidade de comprador, celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Aquisição") com o **Banco PAN S.A.**, instituição financeira de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.285.411/0001-13 ("**Banco PAN**") e a **PAN Seguros**, na qualidade de interveniente anuente, tendo por objeto a aquisição de ações ordinárias e preferenciais detidas pelo **Banco PAN** que, conjuntamente, representam 99,99% do capital social total da **PAN Seguros** ("Operação de Aquisição").

A Operação de Aquisição obteve aprovação (i) prévia da SUSEP, em 26/09/2014 (Carta nº 336/2014/SUSEP-SEGER), (ii) do CADE, através do Parecer Técnico nº 324, de 08/10/2014, que a aprovou sem restrições, e (iii) do Banco Central do Brasil - BACEN, em 24/12/2014 (Ofício 20325/2014-BCB/Deorf/Difin), sendo que obtidas tais aprovações regulatórias, as partes do Contrato de Aquisição consumaram a operação em 29/12/2014.

As Partes acima referidas obtiveram, ainda, em 31/12/2014, a aprovação prévia da SUSEP para efetivar a Operação de Incorporação, com a consequente extinção da **BTG Pactual Seguradora S.A.**, através da Carta nº 366/2014/SUSEP-SEGER.

Assim, como ato subsequente à referida aprovação da SUSEP, os acionistas da **PAN Seguros S.A.** e da **BTG Pactual Seguradora S.A.** aprovaram, em suas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias ("AGEs"), realizadas no próprio dia 31/12/2014, a Operação de Incorporação, sendo que as deliberações tomadas não estão sujeitas a nenhuma outra condição ou aprovação regulatória para sua consumação.

Assim, em decorrência da Operação de Incorporação, a **PAN Seguros** sucedeu automaticamente a **BTG Pactual Seguradora**, de forma universal, em todos os seus direitos e obrigações. Com consequência das operações aqui retratadas, a **PAN Seguros** é atualmente diretamente controlada pela **BTG Pactual Holding de Seguros Ltda.** e indiretamente pelo **Banco BTG Pactual**.

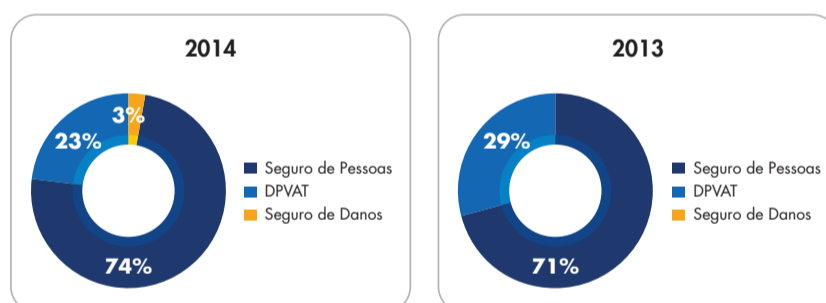
Resalta-se, ainda, que nos termos da Circular SUSEP nº 260, de 2004, os atos societários de incorporação (AGEs da Incorporação para homologação da SUSEP), foram encaminhados pela **PAN Seguros** em 08/01/2015.

A **PAN Seguros** possui forte penetração em clientes de todas as classes sociais, atuando nos segmentos de Seguros de Pessoas, nos ramos de Acidentes Pessoais Coletivos, Danos Pessoais (DPVAT), Vida em Grupo, Renda de Eventos Aleatórios (seguro-desemprego) e Prestamista e nos de Seguros de Danos nos ramos Fiança Locatícia, Garantia Estendida, Residencial e Garantia de Obrigação Contratual.

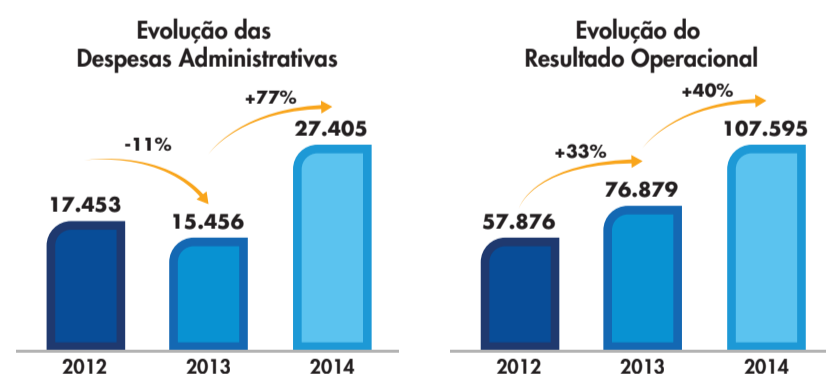
Desempenho financeiro

No exercício de 2014 os prêmios de seguros totalizaram R\$ 203,7 milhões, com aumento de 24,21% em relação aos R\$ 164,0 milhões de 2013. O montante de recursos em aplicações financeiras da **PAN Seguros** em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 479,2 milhões, valor 45,9% inferior ao disponível em 31 de dezembro de 2013, R\$ 328,4 milhões.

Pulverização dos Ramos de Atuação

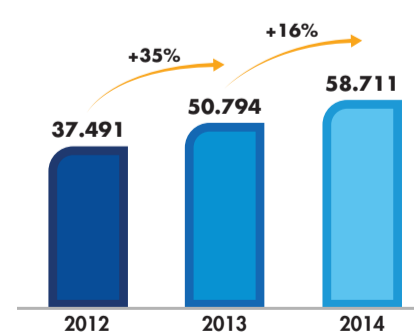


As despesas administrativas da **PAN Seguros** no exercício de 2014 foram de R\$ 27,4 milhões, com aumento de 77,3% em relação a 2013 (R\$ 15,4 milhões). O Resultado Operacional foi de R\$ 107,6 milhões no exercício de 2014, com aumento de 39,9% se comparado ao resultado do mesmo período de 2013, que foi de R\$ 76,9 milhões.



O lucro líquido do exercício de 2014 foi de R\$ 58,7 milhões, representando um aumento de 15,6% em relação aos R\$ 50,8 milhões obtido em 2013.

Evolução do Lucro Líquido



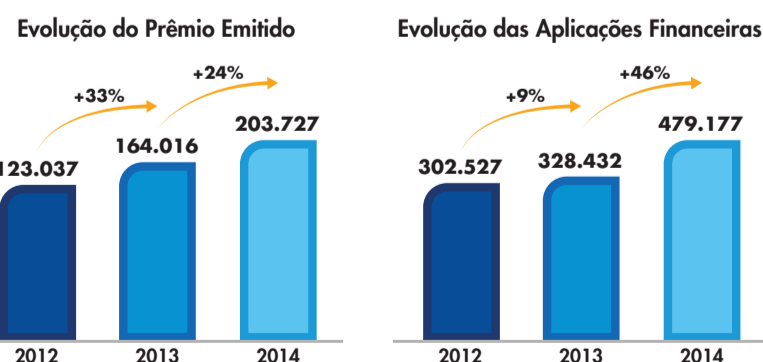
O Patrimônio Líquido da **PAN Seguros** atingiu R\$ 669,0 milhões em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 181,3 milhões em 31 de dezembro de 2013).

Auditores independentes

As demonstrações financeiras da **PAN Seguros** passaram a ser auditadas, a partir do primeiro trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC"), em substituição à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

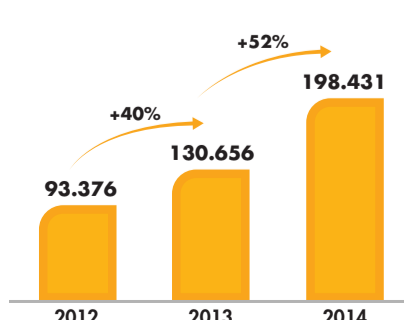
Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na gestão dos eventos recentes e aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.



Os prêmios ganhos da **PAN Seguros** totalizaram R\$ 198 milhões em 2014, valor 51,9% acima dos R\$ 131 milhões de 2013. A **PAN Seguros** iniciou suas operações no segmento de Seguros de Danos e com isso aumentou sua diversificação de ramos em que opera.

Evolução dos Prêmios Ganhos



* continuação

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Nota Explicativa	2014	2013
Ativo		968.071	223.583
Circulante		968.071	223.583
Disponível	5	765	1.062
Caixa e bancos		732	1.062
Equivalente de caixa		33	-
Aplicações	6	470.601	182.987
Créditos das operações com seguros e resseguros		210.712	15.704
Prêmios a receber	7.1	203.319	13.138
Operações com seguradoras	7.2	3.965	527
Operações com resseguradoras	7.2	1.758	1.234
Outros créditos operacionais	7.2	1.670	805
Ativo de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	7.2	187.578	1.107
Títulos e créditos a receber		25.650	2.932
Títulos e créditos a receber	7.2	22.218	1.103
Créditos tributários e previdenciários	8	1.227	492
Outros créditos	7.2	2.205	1.337
Despesas antecipadas		2.079	161
Custo de aquisição diferidos	10	70.686	19.630
Seguros		70.686	19.630
Ativo não Circulante		444.650	181.888
Realizável a longo prazo		47.029	163.362
Aplicações	6	38.455	17.917
Títulos e créditos a receber		34.994	15.770
Créditos tributários e previdenciários	8	3.459	2.073
Depósitos judiciais e fiscais	7.2	-	74
Outros créditos operacionais		2.414	17.566
Investimentos	11.a	221	15.299
Participações societárias	11.b	2.124	2.198
Imóveis destinados à renda		69	69
Outros investimentos	12	767	132
Imobilizado		153	132
Bens móveis		614	-
Outras imobilizações		-	-
Intangível	13	394.440	828
Outros intangíveis		394.440	828
Total do Ativo		1.412.721	405.471

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

	Nota Explicativa	2014	2013
Passivo		712.518	188.955
Circulante		712.518	188.955
Contas a pagar		58.442	26.162
Obrigações a pagar	22	11.907	15.626
Impostos e encargos sociais a recolher	19.a	601	81
Encargos trabalhistas		418	165
Impostos e contribuições	19.b	45.188	10.158
Outras contas a pagar	18	328	132
Débitos de operações com seguros e resseguros	17	189.643	7.144
Prêmios a restituir		70	5
Operações com seguradoras		18.222	1.314
Operações com resseguradoras		141.990	2.591
Corretores de seguros e resseguros		29.212	3.234
Outros débitos operacionais		149	-
Depósitos de terceiros	18	[339]	1.797
Provisões técnicas - seguros	14	464.568	153.585
Danos		294.922	-
Pessoas		169.646	153.585
Provisões técnicas - previdência complementar	15	204	267
Planos não bloqueados		204	267
Passivo não Circulante		31.202	35.259
Contas a pagar	22	-	837
Obrigações a pagar		-	821
Tributos diferidos		-	16
Provisões técnicas - seguros	14	21.372	29.086
Danos		2.296	-
Pessoas		19.076	29.086
Outros débitos	21.a	9.830	5.336
Provisões judiciais		9.830	5.336
Patrimônio Líquido		669.001	181.257
Capital social		71.256	71.256
Aumento de capital (em aprovação)		414.263	-
Reservas de capital		87.000	-
Reservas de lucros		96.576	109.976
Ajuste de avaliação patrimonial		(94)	25
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.412.721	405.471

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação

	Nota Explicativa	2014	2013
Prêmios emitidos		203.727	164.016
Variações das provisões técnicas de prêmios		(5.296)	(33.360)
Prêmios Ganhos	25	198.431	130.656
Sinistros ocorridos	26	(49.798)	(43.878)
Custo de aquisição	27	(25.260)	(7.424)
Outras receitas e despesas operacionais	28	2.607	(7.811)
Resultado com Resseguro	(5.759)	(2.016)	(2.016)
Receita com resseguro		2.247	(4.035)
Despesa com resseguro		(8.006)	2.019
Operações com previdência		-	66
Despesas administrativas	29	(27.405)	(15.456)
Despesas com tributos	30	(10.161)	(6.717)
Resultado financeiro	31	25.599	29.218
Resultado patrimonial	32	(659)	241
Resultado Operacional	107.595	76.879	76.879
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	33	2.565	1
Resultado antes dos Impostos e Participações	110.160	79.444	76.880
Efeitos tributários sobre itens dos lucros abrangentes		(32.265)	(5.955)
Contribuição social		(17.917)	(3.692)
Ativo fiscal diferido IRPJ		2.151	(7.153)
Ativo fiscal diferido CSLL		1.290	(4.292)
Participações sobre o lucro		(4.708)	(4.994)
Lucro Líquido do Exercício	58.711	50.794	50.794
Quantidade de ações		339.313.199	339.313.199
Lucro Líquido por Ação - R\$	0,17	0,15	0,15

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	58.711	50.794
Variação do valor justo ativo financeiro disponível para venda	298	23
Efeitos tributários sobre itens dos lucros abrangentes	(119)	-
Resultado Abrangente do Exercício	58.890	50.809

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2014	2013
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do exercício	58.711	50.794
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	175	227
Resultado de Equivalência patrimonial	722	(197)
Gainho ou perda na alienação do imobilizado e intangível	(2.565)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(119)	15
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	9.824	(25.905)
Créditos das operações de seguros e resseguros	15.920	(4.804)
Ativos de resseguro	(1.728)	(1.169)
Créditos fiscais e Previdenciários	(14.716)	18.404
Outros ativos	(21.895)	1.065
Depósitos judiciais e fiscais	(1.386)	(1.065)
Despesas Antecipadas	(1.966)	(1.775)
Custos de Aquisição Diferidos	(11.096)	(16.166)
Impostos e contribuições	331	(71)
Outras contas a pagar	(7.245)	(11.771)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(19.015)	6.482
Depósitos de terceiros	(1.001)	1.537
Provisões técnicas - Seguros e resseguros	10.042	39.105
Provisões técnicas - Previdência complementar	(63)	(113)
Provisões judiciais	4.494	(28.563)
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações	17.422	50.637
Dividendos recebidos	9	274
Impostos sobre o lucro pagos	35.129	(11.625)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	52.562	39.286
Atividades de Investimento		
Recebimento pela Venda:		
Investimento	17.264	-
Pagamento pela Compra:		
Investimento	-	11
Imobilizado	(562)	(19)
Intangível	(393.786)	(522)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Investimento	(377.084)	(530)
Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital	394.263	-
Caixa da Seguradora Incorporada	1.435	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio provisionado/pagos	(71.473)	(37.724)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Financiamento	324.225	(37.724)
Aumento/Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(297)	1.032
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.062	30
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	765	1.062

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

	Reserva de Lucros						Ajuste ao Valor de Mercado	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reserva Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Dividendo Adicional Proposto			
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	71.256	-	-	9.484	87.431	-	10	168.181	
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	15	15	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	50.794	50.794	
Proposta para a distribuição do resultado	-	-	-	-	(30.500)	-	-	(30.500)	
Reserva legal	-	-	-	2.540	-	-	-	(2.540)	
Reserva estatutária	-	-	-	-	41.021	-	-	(41.021)	
Juros sobre o capital próprio/dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(7.233)	
Dividendos proposto extraordinário	-	-	-	-	(55.000)	55.000	-	-	
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	71.256	-	-	12.024	42.952	55.000	25	181.257	
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(119)	(119)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	58.711	58.711	
Saldos incorporação BTG	-	414.263	87.000	-	-	-	(638)	500.625	
Dividendos e JCP destinados a distribuição	-	-	-	-	(10.959)	(55.000)	(5.514)	(71.473)	
Proposta para a distribuição do resultado	-	-	-	-	50.332	-	(50.332)	-	
Reserva legal	-	-	-	2.227	-	-	(2.227)	-	
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	71.256	414.263	87.000	14.251	82.325	-	(94)	669.001	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A PAN Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima fechada e tem como objetivo a exploração nos segmentos de Seguros de Pessoas (Jurídicas e Físicas), Prestamista, Habitacional, Danos Pessoais (DPVAT) e em outubro de 2013 foi autorizada pela SUSEP a operar em seguros de Danos. Suas operações estão inseridas em um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

Os produtos de Seguros são ofertados através de corretores de seguros e estipulantes além de ser também distribuídos em todo território nacional.

Em 30 de dezembro de 2014 o controle acionário da PAN Seguros passou a ser da BTG Pactual Seguradora S.A. conforme Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, citado no Relatório da Administração, celebrado entre a BTG Pactual Seguradora S.A. e o Banco PAN S.A..

Em 31 de dezembro de 2014, a PAN Seguros efetuou a Incorporação da BTG Pactual Seguradora S.A.. Com a Incorporação, a Seguradora passou a ser diretamente controlada (99,99%) pela BTG Pactual Holding de Seguros Ltda..

Dessa forma, em 29/12/2014 a operação de compra e venda fora consumada no valor de R\$ 550.406, com base na concretização da operação e da autorização prévia da SUSEP a Administração da Seguradora efetuou a avaliação do patrimônio líquido da BTG Pactual Seguradora S.A. de 30 de novembro de 2014, apresentado a seguir:

ATIVO	2014	PASSIVO	2014
Circulante	602.844	Circulante	496.833
Disponível	1.435	Contas a Pagar	3.227
Aplicações	160.569	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	201.514
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	210.928	Depósitos de Terceiros	(1.135)
Ativo de Resseguro e Retrocessão - Provisões Técnicas	184.743	Provisões Técnicas - Seguros	293.227
Títulos e Créditos a Receber	5.257	TOTAL DO PASSIVO	496.833
Despesas Antecipadas	(48)		
Custo de Aquisição Diferidos	39.960		
Ativo não Circulante	351		
Investimentos	222		
Imobilizado	78		
Intangível	51		
TOTAL DO ATIVO	603.195	ACERVO LÍQUIDO CONTÁBIL	106.362

A incorporação foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária celebrada em 31 de dezembro de 2014 e, dessa forma, incorporou-se o acervo líquido de R\$ 106.362. Como a incorporação deu-se baseada no patrimônio de 30 de novembro de 2014 o resultado da incorporada do mês de dezembro de 2014 está incorporado ao resultado da Seguradora.

Dessa forma, o aumento no Intangível na PAN Seguros se deu basicamente em virtude da Incorporação supracitada. A transação além de impactar o Intangível impactou também o Patrimônio Líquido em um primeiro momento em R\$ 394 milhões, resultado provisional do excedente de preço resultante da Operação de Compra. O aumento total do patrimônio da PAN Seguros foi de R\$ 500 milhões.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as disposições da Lei nº 11.638/07, bem como as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e com os atos normativos da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos na Circular SUSEP nº 483/2014 incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela SUSEP. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3.

Conforme previsto na Circular SUSEP nº 483/2014, as demonstrações dos fluxos de caixa estão sendo divulgadas pelo método indireto.

2.2. Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pela Diretoria Executiva em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

* continuação

3.10.3. Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

Constituída para a cobertura dos valores esperados a pagar relativos a sinistros avisados, até a data-base do cálculo, de acordo com a responsabilidade da Seguradora, obedecendo aos seguintes critérios estabelecidos em norma:

- a) Considera-se somente os valores relativos a indenizações, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado.
- b) A data de aviso do sinistro é correspondente à data do efetivo registro no sistema por parte da Seguradora.
- c) O fato gerador da baixa da PSL, decorrente de pagamento, se caracteriza quando da liquidação financeira, do recebimento do comprovante de pagamento da indenização ou conforme os demais casos previstos em lei.
- d) Os sinistros avisados às sociedades seguradoras, inclusive os sinistros em demanda judicial, são registrados tomando-se por base:
 - (i) o valor acordado entre o segurador e a seguradora;
 - (ii) o valor reclamado pelo segurador, quando aceito pela seguradora;
 - (iii) o valor estimado pelo segurador, quando não tenha o segurador indicado a avaliação do sinistro;
 - (iv) o valor igual à metade da soma da importância reclamada pelo segurador e da oferecida pela seguradora, no caso de divergência de avaliação, limitado à importância segurada do risco coberto no sinistro;
 - (v) o valor resultante da sentença transitada em julgado.

O critério de apuração da PSL, citado acima, está descrito em Nota Técnica Atuarial, a qual possui, também, uma metodologia estatístico-atuarial para apurar uma eventual necessidade de ajuste da provisão aos valores atualmente constituídos para cada ramo estudado, conhecida no mercado segurador pela abreviatura "IBNER - Incurred but not enough reported", que utiliza a experiência da sociedade seguradora para projetar um ajuste aos valores dos sinistros avisados a serem liquidados. Contudo, essa metodologia não é ainda aplicada pela Seguradora, uma vez que a insuficiência apresentada na PSL em alguns dados-base foi ocasionada, principalmente, pela aplicação de juros e correção monetária nos sinistros classificados como judiciais.

A provisão de sinistros a liquidar para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT ("Seguradora Líder").

3.10.4. Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)

O cálculo desta provisão visa à cobertura do valor esperado dos sinistros ocorridos e ainda não avisados, até a data-base de cálculo, considerando as indenizações, de acordo com a responsabilidade da Seguradora.

A metodologia de cálculo aplicada pela Seguradora, a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, é calculada com base em critério estatístico-atuarial, conhecido como triângulo de run-off, que considera o desenvolvimento trimestral ou semestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção por período de ocorrência.

Ainda em relação aos ramos em que a Provisão de IBNR é determinada a partir da metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial, verificou-se através dos diversos testes de consistência que não há necessidade de realizar ajustes agregados nesta provisão, também conhecida como "IBNER - Incurred but not enough reported", que utiliza a experiência da sociedade Seguradora para projetar o valor dos sinistros ocorridos mas não avisados a serem liquidados.

Destaca-se, ainda, que para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia disposta na Nota Técnica Atuarial, ocasionados pelo pequeno contingente numérico de sinistros computados na base de dados da Seguradora, a provisão de IBNR é obtida pela aplicação dos percentuais determinados pela Circular SUSEP nº 485/2014.

A provisão de IBNR para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder.

3.10.5. Provisão de despesas relacionadas (PDR)

Visa à cobertura dos valores esperados a liquidar relativos às despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

Em atendimento à legislação vigente, a metodologia de cálculo da PDR está descrita em Nota Técnica Atuarial, contemplando as despesas anteriormente informadas na Provisão de Sinistros a Liquidar e na Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados.

Em resumo, a PDR é obtida através de um processo estatístico-atuarial que utiliza a experiência da sociedade Seguradora para projetar os valores esperados a liquidar relativos às despesas relacionadas a sinistros ocorridos mas não avisados, sendo formada a partir do somatório das quatro principais parcelas identificadas na constituição desta provisão, sendo:

- ALAE - Parcela 1 - Despesas ocorridas mas não avisadas - IBNR;
- ALAE - Parcela 2 - Despesas avisadas mas não liquidadas - PSL e IBNER;
- ULAE - Parcela 3 - Despesas ocorridas mas não avisadas - IBNR; e
- ULAE - Parcela 4 - Despesas avisadas mas não liquidadas - PSL e IBNER.

Onde:

- ALAE = Despesas relacionadas aos sinistros, alocadas individualmente; e
- ULAE = Despesas relacionadas aos sinistros - não alocáveis.

3.11. Teste de adequação de passivos - TAP

Conforme Circular SUSEP Nº 457/2012 de 14 de dezembro de 2012, instituiu-se o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu-se regras e procedimentos para a sua realização. A Seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzido dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBaC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a Seguradora deverá reestimar o resultado do TAP com base nas próprias ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente.

O TAP foi elaborado por meio de resseguro e para a sua realização a Seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 457/2012 e alterações posteriores, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos; posteriormente, entre seguros de Danos e seguros de Pessoas e, por fim, entre Prêmios Registrados e Prêmios Futuros, excluindo-se as operações com seguro DPVAT.

Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se a estimativa de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data-base de 31 de dezembro de 2014, descontados pela estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas para cada grupo no Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2014 foram, em média, as seguintes:

Seguro de Danos - 23,00%;

Seguro de Pessoas - 14,63%.

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Seguradora, data-base de 31/12/2014, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 457/2012.

3.12. Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
A alíquota do passivo, conforme descrito no CPC 32, de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usada para o imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização as quais são revistas periodicamente, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15%. A Seguradora está obrigada ao Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941/09, por meio do qual as operações do imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/76, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

3.13. Ativos e provisões para riscos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- a) Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.
- b) Passivos contingentes: são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Para as contingências relacionadas à Sinistro a PAN Seguros reconhece em suas demonstrações financeiras as perdas de acordo com o estudo técnico elaborado no decorrer de 2014, sendo provisionado segundo uma correlação entre três premissas:

- 1 - Histórico da Seguradora
- 2 - Opinião de Assessores Jurídicos
- 3 - Instância do Processo Judicial
- c) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

3.14. Patrimônio Líquido

Capital social
As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas como instrumentos de patrimônio.

Aumento de Capital (em Aprovação)
Representa o capital aportado pela incorporada BTG Pactual Seguradora S.A. aprovada em AGE, de 31 de dezembro de 2014, em fase de aprovação definitiva pela SUSEP. Quando de sua aprovação será destinado à Reserva de Capital conforme referida Assembleia Geral Extraordinária.

Reserva de capital
Refere-se ao capital social da incorporada BTG Pactual Seguradora S.A.

Reservas de lucros
A conta de reservas de lucros da Seguradora é composta por reserva legal e reserva estatutária.

Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência e observando-se o critério "Pro Rato Die". Os prêmios de seguros e os custos de aquisição, contabilizados para cessar a vigência do risco, futura ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o recurso do período de cobertura são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

3.15. Uso de Estimativas contábeis
A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, dentre as estimativas contábeis críticas mais relevantes destacamos: (i) a estimativa dos créditos tributários ativos; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) as provisões técnicas de seguro; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

3.16. Demonstração de resultados abrangentes
A demonstração de resultados abrangentes está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelo IFRS e CPC.

3.17. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor e ainda não foram aprovadas.
- IFRS 9, "Instrumentos Financeiros", emitido pelo IASB em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros.

Aguardando aprovação desta norma pelo SUSEP e CPC, a Administração está avaliando os impactos.

- Em 22 de agosto de 2013 a SUSEP publicou a Circular 474 que dispõe sobre os procedimentos para o registro contábil dos prêmios de resseguro que entra em vigor em 01 de janeiro de 2015. A Administração está avaliando o impacto desta norma em suas operações.

- Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 (conversão da MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e COFINS e dispõe sobre a revogação expressa do Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais. A Seguradora não optou pela antecipação dos efeitos da Lei 12.973 em 2014, os quais são obrigatórios a partir do período-base de 2015.

Foi publicada em 12 de dezembro de 2014 a Resolução CNSP nº 317 que dispõe sobre os critérios de apuração do capital de risco baseado no risco de mercado. A Seguradora se adequará a partir de 2016 como previsto na resolução.

- Em 09 de janeiro de 2015 a SUSEP publicou a Circular nº508 que dispõe sobre alterações nas normas contábeis a partir de 01 de janeiro de 2015. A Administração está avaliando o impacto desta norma em suas operações.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS E DE SEGUROS

As principais atividades da Seguradora estão nos segmentos de Seguros de Pessoas (Jurídicas e Físicas), Prestamista, Habitacional e de Danos Pessoais (DPVAT):

- Seguros de Pessoas, seu foco de atuação é o Seguro de Vida em Grupo e Empresarial, Acidentes Pessoais Coletivos, destinados a pequenas e médias empresas.
- Seguro Prestamista com atuação em financiamentos de veículos, crédito pessoal, oferecendo coberturas de Morte, Invalidez, opcionalmente com Desemprego Involuntário e Incapacidade Temporária.
- Seguro Habitacional, comercializando principalmente para os clientes da Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, ambas empresas ligadas ao Grupo PAN.
- Consórcio DPVAT.

Além das principais atividades a Seguradora começou a operar no segmento de Seguros de Danos. Atualmente a Seguradora possui 73 funcionários, sendo que sua estrutura organizacional é composta pelas Diretorias Técnica Operacional, Administrativa Financeira e Comercial, utilizando a estrutura de Tecnologia e Jurídico do Grupo Financeiro PAN.

O gerenciamento de riscos é efetuado com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros em benefício dos acionistas, administradores, clientes, fornecedores e colaboradores da Seguradora.

Por essa razão, a Administração busca contínua melhoria das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos, que são aprimoradas principalmente nas operações de seguros.

Os produtos de Seguros são ofertados ao mercado, através da rede do Banco PAN em todo território nacional, visando à proteção financeira dos nossos clientes, atendendo às necessidades nos segmentos pessoas jurídicas e pessoas físicas, sendo este último o de maior concentração dos negócios e também ofertados nos corretores e pontos de vendas de parceiros e representantes.

A Seguradora subscreve contratos de seguro, retendo os riscos e os prêmios associados a estes contratos. Adicionalmente, ao gerenciar sua exposição ao risco de seguro através da utilização de resseguradores ou cosseguradores, os prêmios e os riscos relacionados a estes contratos são cedidos.

A Política de repasse de riscos é definida tecnicamente e atuarialmente, exclusivamente pela Diretoria Técnica Operacional, com o objetivo de melhorar a rentabilidade do negócio e evitar possíveis desvios na sinistralidade.

As operações de seguros envolvem, por parte da Seguradora, a mensuração, avaliação, aceitação e gerenciamento de algum grau de risco ou uma combinação de riscos. As categorias de risco mais importantes em que a Seguradora está exposta são: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de seguros e risco de capital.

A estrutura de gestão de riscos estabelecida na Seguradora visa monitorar continuamente o ambiente de risco associado a uma avaliação integrada dos riscos e suas interdependências.

Os produtos de seguros são submetidos a um processo detalhado de aprovação. Este processo consiste em uma análise dos riscos inerentes ao produto, incluindo, mas não limitado aos riscos de mercado, risco de crédito, riscos de seguros, pricing e risco regulatório.

Os prêmios relativos aos seguros são recebidos mensalmente e em parcela única.

Os principais produtos comercializados são:

Prestamista: Garantia do pagamento de uma indenização que consista na amortização de dívida contraída junto ao Estipulante, limitada ao prazo e capital segurado definidos na apólice de seguros, na hipótese de ocorrência de evento coberto, durante a vigência do seguro, nos termos destas condições gerais e especiais da apólice.

Acidentes Pessoais Coletivos: a Seguradora oferece a garantia do pagamento de um capital ao segurado ou a seu(s) beneficiário(s), na hipótese de ocorrência de eventos cobertos, conforme previsto nas condições gerais, desde que não esteja abrangida pelos riscos excluídos e respeitadas as demais condições contratuais.

Habitacional: Garante a quitação total ou parcial em caso de falecimento ou invalidez total do mutuário, em decorrência do financiamento contratado, conforme previsto nas condições gerais, desde que não esteja abrangida pelos riscos excluídos e respeitadas as condições contratuais entre estipulante e a PAN Seguros S.A.

Vida em Grupo: Garantia do pagamento de uma indenização ao(s) beneficiário(s) em caso de morte do segurado, observadas as condições gerais, especiais e o termo de adesão. Outras coberturas podem ser incluídas neste produto como, por exemplo, invalidez permanente total ou parcial e assistência funeral, diárias de incapacidade, entre outras.

Garantia Estendida: Assegura a troca do bem segurado caso ocorra o sinistro após a cobertura da garantia do fabricante de acordo com as coberturas e condições gerais e especiais da apólice.

Garantia de Obrigação Contratual Pública e Privada: Para proteger-se do descumprimento das exigências contratuais firmadas nos âmbitos público e privado, esta linha de produtos oferece uma indenização relativa às cláusulas não efetivamente executadas pela contraparte conforme as condições gerais e específicas de cada contrato de seguro.

Demais Produtos: A PAN Seguros S.A. ainda possui em sua carteira de produtos soluções com relação a seguros de franquia localia e compreensivo residencial os quais corroboram a força da Seguradora na distribuição de seguros de danos.

a) Política de gerenciamento de riscos
Atualmente, a política de gerenciamento de risco está ligada na complexidade dos serviços, na inovação de produtos ofertados no mercado, bem como na qualidade da sua precificação através de estudos atuariais.

O monitoramento constante dos riscos de seguros, crédito, liquidez, mercado e capital fazem parte da rotina de gerenciamento de riscos da estrutura da PAN Seguros.

Os produtos de seguros são ofertados tanto pela rede do Banco PAN S.A. como através de corretores de seguros e estipulantes, devidamente cadastrados. A distribuição de seguros se dá em todo território nacional.

b) Risco de Seguros
O gerenciamento de risco de seguros consiste, basicamente, na aplicação da teoria da probabilidade e critérios atuariais, aplicada para a precificação e provisionamento das reservas técnicas.

O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros seja maior do que o estimado. O risco de seguro inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

Considera-se risco de seguro o risco que o segurado transfere para o subscritor, no caso a Seguradora, o risco da ocorrência do sinistro sobre o objeto segurado. Os principais riscos abrangidos nos contratos de seguros são representados por: custo dos sinistros em contrapartida ao montante global dos prêmios recebidos. O custo de um sinistro pode ser influenciado por vários fatores, incluindo o histórico de mortalidade e desemprego.

Riscos de seguros são controlados através de políticas internas que estabelecem procedimentos observando as determinações específicas dos requisitos regulamentares.

Todos os principais processos envolvidos estão mapeados com os fluxos das atividades contidas dentro da Seguradora. Cada risco e controle monitorados pela equipe da Seguradora trazem informações qualitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com os níveis de riscos subscritos ou a subscrever.

A concentração do risco de seguro atualmente está aliada a todo território nacional, em virtude da comercialização do prestamista e do habitacional. As maiores concentrações são nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e nas cidades de Belo Horizonte e Porto Alegre. Adicionalmente, a Seguradora irá operar com o seguro prestamista com foco em concessionárias, além do seguro habitacional. O foco da Seguradora é atuar em todo o território nacional.

Bruto de Resseguro						
2014						
	Centro-			Sul	Total	Capital
Ramos	Norte	Nordeste	Oeste	Sudeste	Sul	Total
Microseguros	-	-	-	249	-	249
Prestamista	6.788	20.981	14.532	75.257	9.077	126.635
Acidentes pessoais coletivos	-	-	-	10.181	-	10.181
Desemprego/perda de renda	-	-	-	784	-	784
Renda de eventos aleatórios	-	-	-	609	-	609
Vida em grupo	-	-	-	1.784	-	1.784
Seguro Habitacional - Prestamista	-	-	-	3.387	-	3.387
Seguro Habitacional - Demais Coberturas	-	-	-	1.073	-	1.073
Fiança Localia	-	-	-	27	-	27
Compreensivo Residencial	-	-	-	1	-	1
Garantia Estendida - Bens Em Geral	-	-	-	3.665	-	3.665
Garantia Segurado - Setor Público	-	-	-	5.632	-	5.632
Garantia Segurado - Setor Privado	-	-	-	1.196	-	1.196
6.788	20.981	14.532	103.845	9.077	155.223	22.878.703

Líquido de Resseguro						
2014						
	Centro-			Sul	Total	Capital
Ramos	Norte	Nordeste	Oeste	Sudeste	Sul	Total
Microseguros	-	-	-	249	-	249
Prestamista	6.788	20.981	14.532	73.461	9.077	124.839
Acidentes pessoais coletivos	-	-	-	10.181	-	10.181
Desemprego/perda de renda	-	-	-	784	-	784
Renda de eventos aleatórios	-	-	-	609	-	609
Vida em grupo	-	-	-	1.318	-	1.318
Seguro Habitacional - Prestamista	-	-	-	1.034	-	1.034
Seguro Habitacional - Demais Coberturas	-	-	-	294	-	294
Fiança Localia	-	-	-	27	-	27
Compreensivo Residencial	-	-	-	1	-	1
Garantia Estendida - Bens Em Geral	-	-	-	3.665	-	3.665
Garantia Segurado - Setor Público	-	-	-	(2.060)	-	(2.060)
Garantia Segurado - Setor Privado	-	-	-	2.065	-	2.065
6.788	20.981	14.532	91.628	9.077	143.006	22.878.703

(*) Nos valores de prêmios não foram considerados os valores de PPNG-RVNE.

c) Estratégia de subscrição
A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balançamento da carteira e baseado-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

O risco de subscrição é oriundo de uma situação econômica adversa, que contraria tanto as expectativas da Seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição, quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões.

A subscrição é fundamental para que a Seguradora seja capaz de alcançar dois principais objetivos:

- Fornecer cobertura de seguro; e
- Obter lucro operacional.

A política de aceitação da Seguradora é determinada em função da classificação dos riscos:

- a) Riscos Seguráveis: São riscos com compreensão clara das consequências do fato ocorrido;
- b) Riscos Aceitáveis: Riscos que já possuem aceitação definidas internamente; e
- c) Riscos Não aceitáveis/Não seguráveis: São riscos de difícil previsão, pois podem ser muito afetados pelas ações do segurado, concentração de riscos e aqueles que podem trazer riscos a possíveis fraudes.

Na Seguradora, o risco de subscrição é avaliado por:

- (i) Etapas
 - Desenvolvimento do produto e precificação, adequada à realidade do mercado com base em tábuas atuárias pré-definidas;
 - Formas de comercialização;
 - Análise de aceitação da proposta; e
 - Procedimentos e comportamento da sinistralidade.
- (ii) Área técnica, operacional e atuarial
 - Atuarial: Mensuração do Risco; Nota Técnica Atuarial e definição dos limites técnicos por apólice e carteira;
 - Subscrição: Riscos seguráveis; Riscos aceitáveis; Riscos não aceitáveis/não seguráveis; e
 - Tarifação adequada aos riscos.

A Administração da Seguradora adota os seguintes principais procedimentos para mitigação dos riscos de subscrição:

- Política de governança que assegure a gestão adequada das operações;
- Políticas e Controles Internos;
- Estrutura Organizacional;
- Reavaliação periódica dos riscos e controles praticados.

Adoção de políticas e procedimentos para criação de novos produtos e monitoramento dos riscos de subscrição;

- Limites Operacionais para aceitação e concentração de riscos;
- Políticas de Recursos Humanos;
- Pessoal Técnico treinado para monitoramento dos riscos;
- Metodologias e métodos estatísticos e atuariais;
- Sistema de informações gerenciais - análises de carteiras; e
- Plano de Contingências.

(iii) Monitoramento
O monitoramento do risco de subscrição é realizado com análise do comportamento da carteira abrangendo todos os sub-riscos inerentes à operação, como por exemplo:

- Risco de Insuficiência de Provisão: Risco relacionado com a incerteza derivada da variabilidade das provis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

BRUTO DE RESSEGURO - Administrativos + Judiciais

Antes de		2009	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Incorrido (+) IBNR		-	18.885	19.048	18.987	13.715	19.544	22.746	
- Até a data-base		-	18.885	19.048	18.987	13.715	19.544	22.746	
- Um ano mais tarde		-	17.775	20.965	13.909	8.524	13.047		
- Dois anos mais tarde		-	23.612	16.570	10.571	8.107			
- Três anos mais tarde		-	21.852	15.200	10.248				
- Quatro anos mais tarde		-	21.752	15.005					
- Cinco anos mais tarde		-	21.379						
Posição em 31/12/2014		-	21.379	15.005	10.248	8.107	13.047	22.746	

Antes de

Antes de		2009	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Pago acumulado		-	(8.581)	(6.767)	(5.549)	(3.276)	(6.697)	(8.071)	
- Até a data-base		-	(8.581)	(6.767)	(5.549)	(3.276)	(6.697)	(8.071)	
- Um ano mais tarde		-	(16.234)	(14.148)	(8.828)	(6.337)	(10.786)		
- Dois anos mais tarde		-	(20.868)	(14.428)	(9.265)	(7.293)			
- Três anos mais tarde		-	(20.995)	(14.607)	(9.594)				
- Quatro anos mais tarde		-	(21.011)	(14.654)					
- Cinco anos mais tarde		-	(21.011)						
Posição em 31/12/2014		-	(21.011)	(14.654)	(9.594)	(7.293)	(10.786)	(8.071)	

Atualização monetária e Juros

Juros	-	132	141	152	71	54	12		
Provisão de sinistros em 31/12/2014	2.096	500	492	806	885	2.315	14.687	21.781	

Sobra/Falta acumulada (R\$) - (2.494) 4.043 8.829 5.608 6.496

Sobra/Falta acumulada (%) - (11,66%) 26,94% 86,15% 69,17% 49,79%

LÍQUIDO DE RESSEGURO - Administrativos + Judiciais

Antes de		2009	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Incorrido (+) IBNR		-	18.885	19.048	18.781	13.715	17.403	18.373	
- Até a data-base		-	18.885	19.048	18.781	13.715	17.403	18.373	
- Um ano mais tarde		-	17.775	20.845	13.909	8.580	11.671		
- Dois anos mais tarde		-	23.575	16.570	10.595	7.875			
- Três anos mais tarde		-	21.852	15.208	10.229				
- Quatro anos mais tarde		-	21.752	15.004					
- Cinco anos mais tarde		-	21.379						
Posição em 31/12/2014		-	21.379	15.004	10.229	7.875	11.671	18.373	

Antes de

Antes de		2009	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Pago acumulado		-	(8.581)	(6.767)	(5.549)	(3.276)	(5.439)	(7.985)	
- Até a data-base		-	(8.581)	(6.767)	(5.549)	(3.276)	(5.439)	(7.985)	
- Um ano mais tarde		-	(16.234)	(14.148)	(8.828)	(6.337)	(9.528)		
- Dois anos mais tarde		-	(20.868)	(14.428)	(9.265)	(7.091)			
- Três anos mais tarde		-	(20.995)	(14.607)	(9.594)				
- Quatro anos mais tarde		-	(21.011)	(14.654)					
- Cinco anos mais tarde		-	(21.011)						
Posição em 31/12/2014		-	(21.011)	(14.654)	(9.594)	(7.091)	(9.528)	(7.985)	

Sobra/Falta acumulada (R\$) - (2.494) 4.044 8.643 5.839 5.732

Sobra/Falta acumulada (%) - (11,66%) 26,95% 84,50% 74,15% 49,11%

Os resultados encontrados para cada ano de aviso do sinistro demonstram que as provisões técnicas constituídas no Balanço Patrimonial encerrado em cada exercício de 31 de dezembro estão adequadas, uma vez que apresentaram pequenos déficits técnicos somente nos anos de 2008 e 2010, sendo que nos demais períodos foram verificados superávits quando comparados com os valores efetivamente liquidados ou reavaliados nos anos posteriores.

f) Análise de sensibilidade

Há incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões técnicas, quando estas são obtidas através de metodologias estatístico-atuariais. Por exemplo, o atual montante de sinistros estimados será confirmado apenas quando todos os sinistros forem efetivamente liquidados pela Seguradora. Isto posto, acrescenta-se que o teste de Sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no Passivo da Seguradora, bem como no Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e no Resultado, quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data-base.

Neste contexto, o Teste de Sensibilidade realizado para a Pan Seguros S.A., na data-base de 31/12/2014, foi aplicado sobre a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), a Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), declaradas para todos os ramos operacionalizados pela Seguradora, sendo que os resultados poderão ser vistos a seguir:

Premissas Atuariais	31/12/2014			31/12/2013			Resul- tado
	Passivo Ativo (9) (10)	PLA tudo (11)	Resul- tado (9) (10)	Passivo Ativo (9) (10)	PLA tudo (11)	Resul- tado (9) (10)	
Aumento de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à Provisão de IBNR (1)	3.071	96	1.785	1.785	3.888	62	(5.505) (5.505)
Redução de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à Provisão de IBNR (2)	(3.071)	(96)	(1.785)	(1.785)	(3.888)	(62)	5.505 5.505
Aumento de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à PDR (referente ao IBNR) (3)	71	2	41	41	122	2	(73) (1)
Redução de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à PDR (referente ao IBNR) (4)	(71)	(2)	(41)	(41)	(122)	(2)	73 1
Aumento de 0,5% no índice de Inflação, aplicado sobre a PSL (5)	458	17	265	265	161	1	(97) (97)
Redução de 0,5% no índice de Inflação, aplicado sobre a PSL (6)	(458)	(17)	(265)	(265)	(161)	(1)	97 97
Aumento de 0,5% no índice de Inflação, aplicado sobre a PDR (referente à PSL) (7)	23	-	14	14	2	2	(1) (1)
Redução de 0,5% no índice de Inflação, aplicado sobre a PDR (referente à PSL) (8)	(23)	-	(14)	(14)	(2)	(2)	1 1

(1) Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada da Provisão de IBNR e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas-base analisadas.
(2) Reduzindo em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada da Provisão de IBNR e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas-base analisadas.
(3) Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade da PDR (referente ao IBNR) e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas-base analisadas.
(4) Reduzindo em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade da PDR (referente ao IBNR) e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas-base analisadas.
(5) Aumento de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada nas respectivas datas-base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
(6) Redução de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada nas respectivas datas-base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
(7) Aumento de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da PDR (referente à PSL) declarada nas respectivas datas-base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
(8) Redução de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da PDR (referente à PSL) declarada nas respectivas datas-base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
(9) Valores que deverão ser adicionados ao passivo da Seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.
(10) Valores que deverão ser adicionados ao ativo da Seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.
(11) Valores obtidos após a dedução do Imposto de Renda e Contribuição Social.

g) Risco financeiro

A Política de Investimento das provisões técnicas e obrigatórias da Seguradora insere-se dentro do contexto da Administração própria dos recursos do Grupo PAN, com definição de limites de crédito, percentuais máximos de alocação por emissor e prazos de aplicação. Toda a análise de crédito é realizada pelo Banco PAN S.A. em conjunto com a Seguradora a partir de modelos próprios desenvolvidos internamente. Os limites de crédito são analisados e aprovados internamente pela administração da Seguradora, levando em consideração o componente e características de seus produtos e, consequentemente, sinistralidade e o devido enquadramento da Resolução CMN nº 3.308/05 e alterações posteriores, conforme demonstrado abaixo.

h) Faixa de alocação de recursos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Ativos financeiros	2014	Limite (%)	2013	Limite (%)
Renda fixa - títulos públicos	66,49%	100,00%	67,31%	100,00%
Renda fixa - títulos privados	2,67%	80,00%	6,87%	80,00%
Fundos de investimento	28,30%	80,00%	25,82%	80,00%
Títulos de dívidas de empresas	2,54%	80,00%	0,00%	0,00%

(*) Enquadramento na Resolução nº 3.308/05 do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. A definição da alocação de recursos nas faixas acima definidas é feita com base nas expectativas de valorização de cada segmento de ativos, baseadas no cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo objetivando atender as metas atuariais. Como os títulos públicos federais são papéis de liquidez imediata, não há definição de prazos ou limites máximos de alocação. No caso dos títulos privados, o prazo máximo é limitado a 90 dias.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de aplicações é de R\$ 479.177 (2013 - R\$ 328.432). Do total aplicado em títulos de renda fixa, R\$ 318.593 (2013 - R\$ 221.064) estão vinculados como recursos garantidores das provisões técnicas sem DPVAT.

São representadas por aplicações financeiras classificadas no nível 1 as Letras Financeiras do Tesouro (LFT), com vencimento até setembro de 2015, indexadas a 100% da SELIC, e Quotas de Fundos de Renda Fixa, representando do total da carteira 56,74% e 33,04%, respectivamente.

i) Risco de mercado

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas. Esses riscos são gerenciados diariamente para a carteira trading e mensalmente para a carteira banking por meio de metodologias aderentes às melhores práticas. A Seguradora está exposta aos seguintes fatores primitivos de risco:

- Taxas de juros: os riscos de taxas de juros decorrem da precificação de ativos e passivos em momentos distintos, bem como de oscilações inesperadas na inclinação, curvatura e/ou convexidade das estruturas a termo vigentes no mercado e de alterações nas correlações entre diferentes taxas de juros.
- Índice de preços: risco de oscilação nas estruturas a termo de cupons de índices de preços como, por exemplo, o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), bem como oscilações próprias das índices.
- Preços de ações: riscos de perdas derivadas da oscilação de preços de ações as quais a Seguradora tenha exposição.

O risco de mercado é mensurado e administrado, em conjunto com o Banco PAN, por meio de metodologias aderentes às exigências regulatórias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança. A Política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, acompanha as políticas definidas pelo Comitê de Investimentos e validadas pelos acionistas.

A seguir, demonstramos o quadro de análise de sensibilidade das posições consolidadas por fator primitivo de risco de mercado dos instrumentos financeiros de responsabilidade da Seguradora.

Fatores de Risco	Carteiras trading e banking			Centrais		
	Exposições sujeitas à variação:			Exposições sujeitas à variação:		
Taxas de Juros (Pré)	II Provável	III Possível	IV Remoto	II Provável	III Possível	IV Remoto
Cupom de Índice de Preços	-	(60)	(124)	-	-	-
Renda Variável	(249)	6.217	12.434	-	-	-
Total 31/12/2014	(249)	6.157	12.310	-	-	-

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado no fechamento do último dia útil do mês, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice/vencimento. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e entre os fatores de risco, assim como possíveis impactos fiscais. Os impactos financeiros mostrados refletem o resultado gerencial das variações dos fatores de risco no valor econômico do portfólio e não acarretam necessariamente desdobros financeiros ou ajustes a valor de mercado, visto que as exposições banking representam um percentual relevante da carteira.

Os cenários utilizados foram definidos conforme o disposto na Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008:

Cenário I: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos (deslocamento vertical das curvas). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 1% em relação à última cotação vigente no mercado.

Cenário II: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 25% em relação à última cotação vigente no mercado.

Cenário III: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 50% em relação à última cotação vigente no mercado. É importante ressaltar que os resultados dos cenários (II) e (III) se referem a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Desta forma, tais resultados não refletem os efeitos de eventuais choques de mercado, uma vez que não levam em conta as correlações entre diferentes fatores de risco ou as ações que seriam tomadas pela Seguradora para reduzir tais riscos.

j) Risco de crédito

A Seguradora possui uma política de risco para aquisição de seus ativos financeiros. O critério adotado para as aplicações financeiras é de alocar seus recursos de forma conservadora e adequada, para isso, a carteira de investimentos é composta em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

A tabela a seguir mostra os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, sendo os títulos em negociação administrados, em sua maioria, pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT e os ativos financeiros disponíveis para venda composto por 85% de títulos públicos brasileiros e 15% em títulos privados de renda fixa.

	2014	2013
Ativos financeiros	Nível 1	Nível 1
Ao valor justo por meio de resultado	147.792	84.798
Disponíveis para venda	331.385	243.634
Total	479.177	328.432

O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes onde a concentração principal de risco de crédito para um único cliente é representada por prêmios emitidos contra as empresas do Grupo PAN. A avaliação da qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes é baseada, principalmente, em níveis de crédito reconhecidos e outras informações públicas disponíveis. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros distribuídos por rating de crédito em escala nacional "br" de acordo com a agência Standard & Póors. Os ativos na categoria "sem rating" de prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras refere-se em grande parte a clientes que não possuem rating de créditos na agência referida.

Composição da carteira por classe e categoria contábil

	AAA	AA	AA-	Sem rating	Saldo contábil
Caixas e Bancos	-	-	-	-	765
Ativos financeiros					
Ao valor justo por meio de resultado	-	2.484	-	145.308	147.792
Disponíveis para venda	318.594	-	-	12.791	331.385
Empréstimos e recebíveis					
Prêmios a Receber	3.841	-	-	199.478	203.319
Créditos a receber com seguradoras	114	-	-	3.851	3.965
Créditos a receber com resseguradoras	-	-	-	837	921
Títulos e créditos a receber, exceto créditos tributários	116	1.882	-	22.425	24.423
Outros créditos a receber	-	-	-	1.670	1.670
Ativos de resseguro	-	-	-	187.578	187.578
Exposição máxima ao risco de crédito	322.665	4.366	837	574.787	902.655

k) Risco de liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Seguradora não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

A Seguradora mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a política de Risco de Mercado e Liquidez estabelecida para a Seguradora, adotando como instrumentos de gestão projeções de liquidez de curto, médio e longo prazo, limites de risco e plano de contingência de liquidez.

l) Maturidade das provisões técnicas

	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem Aging	Total
PPNG	154.502	160.427	-	-	314.929
PPNG-RVNE	65.643	-	-	-	65.643
IBNR	10.502	1.065	533	17	12.117
PSL	-	-	-	9.129	9.129
PSL (Aposentec)	51	153	-	-	204
PDR	-	-	-	463	463
Total	230.698	161.645	533	9.609	402.483

	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem Aging	Total
PPNG	83.438	29.086	-	-	112.524
PPNG-RVNE	10.025	-	-		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

* continuação

	2013			
	Prêmios não ganho - (PPNG)	Sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão para despesas relacionadas	Ativos de Resseguro
Saldo em 31/12/2012	(62)	-	1.879	3
Constituições	682	-	-	2.561
Avisos de sinistro	-	1.098	-	-
Recuperação de sinistros	-	(708)	-	-
Ajuste de estimativa de sinistro	-	-	-	-
Atualização monetária e juros	-	-	-	-
Reversões	(341)	-	(1.445)	(1.786)
Total	279	390	435	3

	2014	2013
Créditos tributários e previdenciários	34.024	14.740
Imposto a compensar	2.197	1.502
Total	36.221	16.262

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) estão conciliados para os valores registrados como despesas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e de 31 de Dezembro de 2013, conforme segue:

	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	110.160	76.880
Alíquota efetiva	40%	40%
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(44.064)	(30.752)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participação em controladas	(289)	2.973
Crédito tributário de períodos anteriores não constituídos	2.818	-
Ajuste de crédito tributário de exercícios anteriores	(7.350)	552
Crédito sobre participação nos lucros	-	1.997
Crédito tributário sobre juros de capital próprio	-	-
Outros valores	2.144	4.138
Despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício	(46.741)	(21.092)

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:
Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:
A alíquota do passivo, conforme descrito no CPC 32, de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado pela Seguradora a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.
O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas.

	2013	Constituição	Realização	2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3	110	(110)	3
Provisão para contingências civis	1.898	1.360	(798)	2.460
Provisão para contingências trabalhistas	236	2.646	(1.410)	1.472
Provisão para gratificação de funcionários	216	2.450	(959)	1.707
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	-	63	-	63
Outras provisões	76	986	(783)	279
CARDIF	527	6.376	(6.427)	476
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.956	13.991	(10.487)	6.460
Obrigações fiscais diferidas	(16)	-	16	-
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.940	13.991	(10.471)	6.460

	2012	Constituição	Realização	2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	119	24	(140)	3
Provisão para contingências civis	1.377	1.632	(1.111)	1.898
Provisão para contingências fiscais (PIS e COFINS)	11.597	2.535	(14.132)	-
Provisão para contingências trabalhistas	33	208	(5)	236
Provisão para gratificação de funcionários	288	1.816	(1.888)	216
Provisão para juros sobre capital próprio - JCP	847	-	(847)	-
Outras provisões	2	74	-	76
CARDIF	137	2.326	(1.936)	527
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	14.400	8.615	(20.059)	2.956
Obrigações fiscais diferidas	(10)	(6)	(16)	-
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	14.390	8.609	(20.059)	2.940

b) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:
A projeção da realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em Dezembro/2014, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados.
Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	2014	2013
2015	620	3.542
2016	140	1.754
2017	2	147
2018	63	-
2019	-	-
2020	2	-
2021	13	-
Total	6.460	5.443

O valor presente do total dos créditos tributários na Seguradora é de R\$ 5.675 (2013 - R\$ 2.380), calculados tendo em vista a expectativa de realização das diferenças temporárias.

10. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período de risco ainda não decorreu, e são apropriados ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São considerados como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros. O diferimento dos custos de aquisição obedece ao risco de vigência dos contratos de seguros que tem o prazo médio para cada ramo:

- Prestamista - 12 meses;
- Acidentes pessoais coletivos - 52 meses;
- Desemprego/perda de renda - 49 meses; e
- Rendas de eventos aleatórios - 55 meses;

	2014	2013
Prestamista	27.141	19.557
Acidentes pessoais coletivos	247	13
Desemprego/perda de renda	1	52
Renda de eventos aleatórios	22	8
Fiança Locaficia	2	-
Garantia Estendida - Bens em Geral	3.083	-
Riscos de Petróleo	1.011	-
Riscos de Engenharia	973	-
Garantia Segurado - Setor Público	32.291	-
Garantia Segurado - Setor Privado	5.915	-
Total	70.686	19.630

b) Movimentação

	2014	2013
Saldo inicial	19.630	3.464
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	18.363	19.692
(-) Baixas de prêmios cancelados e/ou restituídos	(7.496)	(3.526)
Saldo final	70.686	19.630

11. INVESTIMENTOS

a) Participações societárias

	2014	2013
Investimento avaliado ao custo	-	304
IRB - Brasil Resseguros S.A.	-	304
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT	221	-
Participação em controladas	-	14.995
Total das participações societárias	221	15.299

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Participação ações/cotas possuídas (em milhares)	Participação consolidada no capital social	Lucro líquido ajustado	Saldo do investimento		Ajuste decorrente de avaliação [2]	
						2014	2013	2014	2013
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. (1)	-	-	-	-	-	14.995	-	-	197

(1) Dados relativos a 31/12/2013;
(2) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis.
Durante o exercício de 2014, a Seguradora vendeu a totalidade da participação que detinha na empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. para o Banco Pan S.A., dessa forma, não há saldo de investimento no saldo de 2014.

b) Imóveis destinados à renda

	2014	2013
Propriedades para investimento	-	-
Terenos	506	506
Edificações (1)	2.024	1.618
Total	2.530	2.124
Total em 2013	2.530	2.124
Movimentação da conta	332	2.198

Saldo inicial 2.198
Despesas de depreciação (74)
Total 2.124

(1) Referem-se, ao imóvel localizado na Rua Líbero Badaró 309, em São Paulo - SP, cujo valor de mercado é de R\$ 5.800, conforme laudo de avaliação realizado em Dezembro de 2014.

c) Incentivos Fiscais

	2014	2013
Embraer IPC	3	3
Maricultura Sergipe	66	66
Total das participações societárias	69	69

12. IMOBILIZADO

	Saldo residual em 31 de dezembro de 2013		Aquisições	Valor contábil bruto	Taxa de depreciação ao ano %	Depreciação acumulada	Saldo residual em 2014
	2013	2014					
Saldo inicial do exercício	132	-	132	-	(8)	132	
Bens móveis de uso	-	159	159	-	(6)	153	
Equipamentos	-	42	42	20	(4)	38	
Móveis, máquinas e utensílios	-	115	115	10	(2)	113	
Veículos	-	2	2	10	-	2	
Beneficiária em imóveis de terceiros	-	434	434	-	(6)	428	
Outras imobilizações	132	573	573	-	(519)	54	
Saldo final do exercício	132	1.166	1.298	-	(531)	767	

13. INTANGÍVEL

	Saldo residual em 31 de dezembro de 2013		Aquisições	Baixas	Depreciação acumulada	Saldo residual em 2014
	2013	2014				
Desenvolvimento de Sistemas	828	991	(966)	-	(81)	772
Outros Intangíveis	-	393.668	-	-	-	393.668
Total	828	394.659	(966)	-	(81)	394.440
Total em 2013	828	522	(146)	-	-	828

Os outros intangíveis foram constituídos de forma provisória, para representar o reconhecimento do ágio decorrente da Incorporação reversa da BTG Pactual Seguradora S.A., que está em processo de aprovação junto a SUSEP. A Autarquia concedeu aprovação prévia em 31/12/2014. Segundo o CPC 15 a entidade detém 1 ano para adequar-se à combinação de negócios devendo assim proceder ao reconhecimento real dos ativos intangíveis alocados e ao goodwill.

14. PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

As provisões técnicas de seguros e resseguros, incluindo DPVAT, apresentam a seguinte composição:

	2013		2014	
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão para sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão para despesas relacionadas
Microseguros	3	4	35	42
Prestamista	115.367	4.488	3.943	55
Acidentes pessoais coletivos	2.520	2.471	1.409	77
Desemprego/perda de renda	73	183	369	76
Renda de eventos aleatórios	4.353	156	898	14
Vida em grupo	20	1.463	1.244	24
Seguro Habitacional - Prestamista	47	157	306	-
Seguro Habitacional - Demais Coberturas	2	10	104	-
Fiança Locaficia	30	-	1	-
Garantia Estendida - Bens em Geral	3.645	-	59	-
DPVAT	-	40.728	41.856	1.002
Riscos de Engenharia	6.928	197	485	-
Riscos de Petróleo	7.999	-	1	-
Garantia Segurado - Setor Público	182.625	-	2.629	-
Garantia Segurado - Setor Privado	56.961	-	634	-
Outros	-	15	57	-
Total	380.573	49.872	54.030	1.465

	2013		2014	
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão para sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão para despesas relacionadas
Prestamistas	108.794	2.408	7.579	121
Acidentes pessoais coletivos	2.761	2.076	1.445	154
Desemprego/perda de renda	10.500	740	1.123	17
Rendas de eventos aleatórios	405	813	688	126
Vida em grupo	49	1.393	1.495	349
Seguro Habitacional - Prestamista	39	125	115	-
Seguro Habitacional - Demais coberturas	1	15	46	-
Microseguros	-	-	38	-
DPVAT	-	21.436	17.643	177
Total	122.549	29.006	30.172	944

a) Movimentação das provisões técnicas

	2013		2014	
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão para sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão para despesas relacionadas
Saldo em 31/12/2013	122.549	29.006	30.172	944
Constituições	295.696	-	45.380	3.778
Avisos de sinistro	-	19.284	-	-
Pagamentos de sinistros	-	(13.375)	-	-
Incorporação BTG	-	17.365	-	-
Ajuste de estimativa de sinistro	-	(4.785)	-	-
Atualização monetária e juros	-	2.377	-	-
Reversões	-	-	(21.522)	(3.257)
Total	380.573	49.872	54.030	1.465

	2013		2014	
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão para sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão para despesas relacionadas
Saldo em 31/12/2012	88.510	24.338	29.681	1.037
Constituições	104.514	-	18.723	1.915
Avisos de sinistro	-	26.877	-	-
Pagamentos de sinistros	-	(11.433)	-	-
Ajuste de estimativa de sinistro	-	(10.776)	-	-
Atualização monetária e juros	-	-	-	-
Reversões	(70.475)	-	(18.232)	(2.008)
Total	122.549	29.006	30.172	944

* Do montante da provisão de sinistros a liquidar o valor de R\$ 35.209 (R\$ 21.840 em 31/12/2013) refere-se a sinistros de demanda judiciais, deste montante o valor de R\$ 30.016 (R\$ 18.111 em 31/12/2013) refere-se a processos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

b) Sinistros a liquidar judiciais
Do montante de R\$ 35.209 (31/12/2013 - R\$ 21.840) classificados como sinistros de demanda judicial, o valor de R\$ 5.193 (31/12/2013 - R\$ 3.729) refere-se a sinistros diretos da Seguradora sendo 369 processos até 31/12/2014 (339 processos em 31/12/2013), todos os sinistros provisionados como sinistros a liquidar judiciais são classificados como perdas prováveis.

	2014	2013
Saldo inicial	3.729	3.384
(+) Constituição de provisão no exercício	11.287	471
(-) Pagamentos de sinistros no exercício	(9.823)	(126)
Saldo final	5.193	3.729

15. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O montante da provisão decorre dos planos de previdência denominados ASPREVI, PREVINAC e APOSENTEC, os quais não são comercializados desde o início da década de 90. Em virtude de não possuir uma base de dados dos participantes que adquiriram estes produtos, o que impossibilita de se conhecer o número de planos ainda vigentes e suas características individuais decorrente do uso de carnê pré-impresso pelas antigas operadoras dos planos

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30. DESPESAS COM TRIBUTOS

	2014	2013
PIS	1.310	819
COFINS	8.068	5.037
Outros tributos Federais e Municipais	783	861
Total	10.161	6.717

31. RESULTADO FINANCEIRO

	2014	2013
Receitas financeiras		
Juros sobre os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	21.840	20.750
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	27.395	-
Adesão PIS/COFINS - Refis	8.644	7.756
Receita Consórcio DPVAT	15	-
Outras receitas financeiras	451	5.203
Subtotal	58.345	33.709
Despesas financeiras		
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(17.505)	-
Despesas Consórcio DPVAT	(5.209)	(2.788)
Atualização monetária sobre as provisões judiciais	(2.692)	-
Outras despesas financeiras	(7.340)	(1.703)
Subtotal	(32.746)	(4.491)
Total líquido	25.599	29.218

32. RESULTADO PATRIMONIAL

	2014	2013
Receitas de aluguéis	290	159
Resultado de equivalência patrimonial	(722)	197
Dividendos	63	1
Depreciação/conservação e reparos	(290)	(105)
Redução do valor recuperável	-	(11)
Total	(659)	241

33. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Benefícios a empregados

A Seguradora contribui mensalmente para a Multiprev-Fundo Múltiplo de Pensão, com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes, com o objetivo de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade da Seguradora como patrocinadora. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o montante dessa contribuição foi de R\$ 3 (31/12/2013 - R\$ 32).

Em 04 de dezembro de 2013 a Seguradora iniciou processo junto a SUSEP para a retirada de patrocínio do Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos (nos termos da Resolução CNPC 11/2013) que será submetido à aprovação da PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar). Somente após verificar a conformidade das condições e dos cálculos apresentados no processo é que a PREVIC concederá sua aprovação. Até lá, o plano terá funcionamento normal com contribuições mensais.

Essa medida foi definida devido ao fato do Grupo Pan não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos e também por não fazer de política/plano de benefícios adotado pela instituição.

b) Cobertura de seguros do ativo imobilizado

A Seguradora adota a política de contratar coberturas de seguros de bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes pela Administração, para cobrir eventuais sinistros, levando em consideração a natureza de suas atividades.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

A PAN Seguros iniciou a operação no ramo de Seguro Viagem parceria com a Travel Ace, um dos principais players do setor de turismo.

DIRETORIA

Diretor Superintendente

José Carlos Macedo dos Santos

Diretor Administrativo-Financeiro

Carlos Alberto Borges do Nascimento

Evandro Baptisiani

Eduardo Almeida Prado

Diretores

Leandro de Azambuja Micotti

Mauricio Antonio Quarezemim

ATUÁRIO

Atuário Responsável Técnico
Ricardo César Pessoa - MIBA 1076

CONTADOR

Raul Martins Paiva
CRC 1SP293780

CONTROLLER

Fábio Roberto Pereira
CRC 1SP239076

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Pan Seguros S.A.

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Pan Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2014, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Seguradora, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Pan Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência

e dos limites de retenção da Sociedade, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria atuarial obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Pan Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2014, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.



PwC
PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.

Av. Francisco Matarazzo nº 1.400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

São Paulo, 28 de fevereiro de 2015

Carlos Eduardo Silva Teixeira
MIBA 729

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Pan Seguros S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Pan Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres

de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pan Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Ênfase

Conforme mencionado na Nota 1, em dezembro de 2014, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) deferiu a solicitação de aprovação prévia para promover a incorporação da totalidade do patrimônio líquido da BTG Pactual Seguradora S.A. pela Seguradora, com consequente extinção da incorporada. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.



PwC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 28 de fevereiro de 2015

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0